

**Miguel Calmon Dantas**

**MÁXIMO EXISTENCIAL  
COMO DIREITO  
FUNDAMENTAL**

**Rejeitando a Tese do Mínimo Vital pelo  
Desenvolvimento de Referenciais mais Protetivos**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-8650-1**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasi – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Dantas, Miguel Calmon

D192 Máximo existencial como direito fundamental:  
rejeitando a tese do mínimo vital pelo desenvolvimento de  
referenciais mais protetivos / Miguel Calmon Dantas –  
Curitiba: Juruá, 2019.  
484 p.

1. Direitos fundamentais. 2. Direitos sociais. I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)  
CDU 340

11-14810  
00059

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>Capítulo 2</b>	<b>PRESSUPOSTOS PARA O DIREITO FUNDAMENTAL AO MÁXIMO EXISTENCIAL</b> .....	27
	2.1 A INSUFICIÊNCIA DOS PARADIGMAS TEÓRICOS TRADICIONAIS.....	31
	2.2 PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS.....	40
	2.3 A REFLEXÃO HERMENÊUTICA.....	47
	2.3.1 A Racionalidade Limitada: o Máximo como Suficientemente Satisfatório.....	67
	2.3.2 O Pensamento do Possível.....	71
	2.3.3 O <i>Locus</i> da Utopia.....	79
	2.4 PREMISSAS TEÓRICAS.....	81
	2.4.1 O Constitucionalismo Dirigente.....	84
	2.4.2 O Neoconstitucionalismo.....	87
	2.4.3 O Constitucionalismo Global e a Tutela Multinível dos Direitos Fundamentais.....	101
	2.4.4 A Teoria das Necessidades e a Teoria das Capacidades.....	118
	2.5 A QUESTÃO SOCIAL: O REAL AQUÉM DO NECESSÁRIO E DO POSSÍVEL.....	133
<b>Capítulo 3</b>	<b>TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA</b> .....	143
	3.1 AS NOÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DE DIREITOS SOCIAIS.....	162
	3.1.1 Noção de Direitos Fundamentais.....	163
	3.1.2 Noção de Direitos Sociais.....	170
	3.2 FUNDAMENTAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	187
	3.2.1 As Críticas aos Direitos Fundamentais.....	189

3.2.2	A Possibilidade e a Importância da Fundamentação dos Direitos Fundamentais.....	194
3.2.2.1	O sentido dos fundamentos dos direitos fundamentais .....	194
3.2.2.2	A possibilidade de fundamentação .....	196
3.2.2.3	A importância da fundamentação .....	199
3.2.3	Concepções sobre a Fundamentação dos Direitos Fundamentais .....	203
3.2.3.1	Direitos fundamentais como direitos naturais: do jusnaturalismo ao positivismo jurídico.....	203
3.2.3.2	Direitos fundamentais como direitos positivados: a (im)possível depuração axiológica.....	208
3.2.3.3	Outras vertentes de fundamentação .....	212
3.2.4	Os Direitos Fundamentais como Direitos Morais.....	218
3.3	NORMATIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	230
3.3.1	Indeterminação dos Direitos Fundamentais .....	233
3.3.2	A Categorização do Conteúdo Estrutural dos Direitos Fundamentais .....	245
3.3.2.1	A clássica distinção entre liberdades e direitos sociais.....	247
3.3.2.2	A superação da distinção: indivisibilidade e pluralidade deôntica.....	256
3.3.2.3	Direitos subjetivos e deveres.....	278
3.3.2.4	Os deveres negativos .....	289
3.3.2.5	Os deveres positivos.....	292
3.4	NATUREZA NORMATIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	305
3.4.1	Direitos Fundamentais como Princípios e como Regras .....	308
3.4.2	Restrições dos Direitos Fundamentais e seu Conteúdo Essencial .....	327
3.4.3	Ampliação dos Direitos Fundamentais e seu Conteúdo Essencial Ótimo .....	340
3.5	MULTIDIMENSIONALIDADE DA EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	344

<b>Capítulo 4</b>	<b>O DIREITO FUNDAMENTAL AO MÁXIMO EXISTENCIAL</b> .....	359
4.1	NOÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DOGMÁTICA.....	361
4.1.1	Referenciais Constitucionais.....	367
4.1.2	Referenciais Transconstitucionais .....	373
4.2	FUNDAMENTAÇÃO MORAL: ALÉM DO MÍNIMO VITAL EM DIREÇÃO SOLIDÁRIA À DIGNIDADE, LIBERDADE E IGUALDADE .....	378
4.3	CONTEÚDO MATERIAL E ESTRUTURA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MÁXIMO EXISTENCIAL.....	382
4.3.1	Direito Fundamental ao Máximo Existencial como Princípio e como Regra .....	382
4.3.2	Níveis Essenciais de Prestação e Conteúdo Essencial .....	386
4.3.2.1	Direito ao mínimo vital: insuficiência e inadequação filosófica, axiológica, política e dogmática.....	387
4.3.2.2	Níveis essenciais de prestação e conteúdo ótimo .....	407
4.3.3	A Satisfação Suficiente: Referencial para a Justiciabilidade.....	413
4.4	EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MÁXIMO EXISTENCIAL .....	420
4.4.1	Máximo Existencial e o Poder Legislativo: Extensão da Liberdade de Conformação .....	420
4.4.2	Justiciabilidade dos Direitos Fundamentais.....	423
4.4.2.1	Ativismo e judicialização .....	424
4.4.2.2	Reserva do possível .....	432
4.4.2.3	Novas técnicas de decisão .....	444
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	445
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	449
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	473